

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS MARCADORES DE CONSUMO  
ALIMENTAR E DO PERFIL NUTRICIONAL DE ESCOLARES RESIDENTES  
NO ESTADO DE GOIÁS, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 2015 E  
2023**

ANALYSIS OF THE EVOLUTION OF FOOD CONSUMPTION MARKERS AND  
THE NUTRITIONAL PROFILE OF SCHOOLCHILDREN LIVING IN THE STATE  
OF GOIÁS, IN THE PERIOD BETWEEN 2015 AND 2023

CONSUMO ALIMENTAR E PERFIL NUTRICIONAL DE ESCOLARES.

Letícia Nogueira Oliveira

Aída Bruna Quilici Camozzi

Graduanda curso de Nutrição, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil

Endereços para correspondência eletrônica: [leticiaonogueira22@gmail.com](mailto:leticiaonogueira22@gmail.com)

## RESUMO

**Introdução:** A obesidade infantil é um problema de saúde pública crescente, associado ao elevado consumo de alimentos ultraprocessados. O monitoramento do estado nutricional de crianças, especialmente na fase escolar são ações fundamentais para a prevenção da obesidade infantil. **Objetivo:** analisar a evolução dos marcadores de consumo alimentar e do perfil nutricional de escolares residentes em Goiás. **Métodos:** trata-se de um estudo transversal descritivo realizado a partir de relatórios com acesso público de estado nutricional e de consumo alimentar de escolares (5 a <10 anos) no período compreendido entre 2015 e 2023, disponibilizados pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. **Resultados:** a prevalência de eutrofia foi em média de 65%, observou-se uma constância na prevalência de excesso de peso e obesidade, com aumento no período de 2020-2021, que provavelmente reflete o impacto da pandemia de COVID-19. O consumo de alimentos ultraprocessados foi alto (87%) enquanto entre os alimentos promotores, o consumo de feijão e de frutas foi em média de 83% e 74% respectivamente, entretanto apresentaram quedas expressivas em 2021. **Conclusão:** diante da alta prevalência de excesso de peso e do consumo de alimentos ultraprocessados, é essencial fortalecer as políticas públicas com vistas à promoção da alimentação saudável, especialmente no ambiente escolar.

**PALAVRAS- CHAVE:** Avaliação de estado nutricional; Hábitos alimentares; Escolares; Obesidade; Covid-19.

## ABSTRACT

**Introduction:** Childhood obesity is a growing public health problem, associated with the high consumption of ultra-processed foods. Monitoring the nutritional status of children, especially at school age, is a fundamental action for the prevention of childhood obesity. **Objective:** to analyze the evolution of food consumption markers and the nutritional profile of schoolchildren living in Goiás. **Methods:** this is a descriptive cross-sectional study carried out based on publicly available reports on the nutritional status and food consumption of schoolchildren (5 to <10 years old) in the period between 2015 and 2023, made available by the Food and Nutrition Surveillance System. **Results:** the prevalence of eutrophy was on average 65%, there was a constancy in the prevalence of overweight and obesity, with an increase in the period 2020-2021, which probably reflects the impact of the COVID-19 pandemic. The consumption of ultra-processed foods was high (87%),

while among the promoting foods, the consumption of beans and fruits was on average 83% and 74% respectively, however, they showed significant drops in 2021. **Conclusion:** given the high prevalence of excess weight and the consumption of ultra-processed foods, it is essential to strengthen public policies with a view to promoting healthy eating, especially in the school environment.

**KEY WORDS:** Nutrition Assessment; Feeding Behavior; Students; Obesity; Covid-19.

## INTRODUÇÃO

A obesidade é uma doença crônica complexa e um fator de risco significativo para o desenvolvimento de diversas comorbidades. Essa condição, caracterizada pelo acúmulo anormal ou excessivo de gordura corporal, impacta negativamente a saúde e a qualidade de vida do indivíduo, tornando-se um problema de saúde pública de grande relevância <sup>1</sup>.

Um crescente corpo de estudos epidemiológicos observa uma associação positiva entre o consumo de alimentos ultraprocessados e o aumento do índice de massa corporal (IMC) e da prevalência de obesidade<sup>2</sup>. Essa relação pode ser explicada pelo alto teor calórico e perfil nutricional inadequado desses alimentos. Alimentos ultraprocessados costumam ser densos em calorias, com baixa saciedade, o que facilita a ingestão excessiva de energia e consequente ganho de peso <sup>3</sup>.

Contudo, a prevenção da obesidade infantil é fundamental para reduzir o risco de doenças crônicas na vida adulta. A identificação precoce e a promoção de hábitos de vida saudáveis desde a infância são essenciais para combater essa epidemia e garantir uma vida mais saudável para as futuras gerações <sup>4</sup>.

Ademais a fase escolar, especificamente, é um período de transformações e descobertas, não apenas no âmbito intelectual, mas também no que diz respeito à alimentação. Nessa etapa crucial do desenvolvimento infantil, a nutrição adequada se torna essencial para garantir o crescimento saudável, o aprendizado eficaz e o bem-estar geral da criança. Assegurar uma alimentação nutritiva e balanceada na fase escolar é uma responsabilidade compartilhada entre pais, cuidadores, educadores e profissionais de saúde <sup>5</sup>.

A Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN), enquanto programa de vigilância, é fundamental para a promoção da saúde da população brasileira. Por meio da coleta e análise de dados, a VAN permite identificar problemas nutricionais e alimentares,

orientar ações e formular políticas públicas mais práticas nessa área <sup>6</sup>. No contexto da Vigilância Epidemiológica, a VAN contribui para a prevenção e o controle de problemas de saúde pública, sendo realizada principalmente através do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), gerido pelo Ministério da Saúde <sup>7</sup>.

O SISVAN utiliza indicadores de consumo e medidas antropométricas para avaliar e monitorar o estado nutricional da população, apoiando ações de promoção da saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) e melhorando a qualidade da assistência. Apesar dos desafios de padronizar práticas em um país tão diverso como o Brasil, a implementação do SISVAN no âmbito nacional pode fortalecer o acompanhamento da saúde nutricional da população e permitir comparações consistentes entre diferentes regiões <sup>7</sup>.

Dito isso, acompanhar o consumo alimentar e o perfil nutricional dos escolares é essencial. Este monitoramento permite identificar desequilíbrios alimentares e carências nutricionais precocemente, ajudando a implementar medidas que promovam hábitos alimentares saudáveis e adequados para cada faixa etária <sup>5</sup>.

Diante do exposto, medidas de saúde pública voltadas ao desincentivo do consumo de alimentos ultraprocessados e à promoção de hábitos alimentares saudáveis são ferramentas essenciais para o combate à obesidade e a promoção da saúde da população <sup>5</sup>.

Sendo assim, o objetivo dessa pesquisa foi analisar a evolução dos marcadores de consumo alimentar e do perfil nutricional de escolares residentes no estado de Goiás, no período compreendido entre 2015 e 2023.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo transversal descritivo com delineamento quantitativo realizado a partir relatórios de acesso público de estado nutricional e de consumo alimentar de escolares (5 a <10 anos) disponibilizados pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).

A coleta de dados de estado nutricional foi feita por ano de referência desde 2015 até 2023, e considerou todos os meses. Os dados foram agrupados por estado, considerando o Estado de Goiás, sem delimitação do município ou de regiões de saúde ou de cobertura, e por Brasil, como comparativo.

Foi identificada como fase da vida crianças na faixa etária de 5 a < 10 anos e como índice, o Índice de Massa Corporal (IMC). Foram considerados ambos os sexos, todas as raças, todos os tipos de acompanhamento, povos e comunidades e níveis de escolaridade.

Os relatórios de IMC para idade foram disponibilizados em formato Microsoft Excel e posteriormente foram organizados em planilhas anuais e gráficos para a melhor visualização.

Quanto à evolução do consumo alimentar, a coleta dos dados foi feita tomando os anos de 2015 a 2023 como referência considerando todos os meses e agrupando por estado de Goiás e Brasil.

A faixa etária escolhida foi a de 2 anos ou mais e a fase da vida de 5 a 9 anos. Foram emitidos os relatórios de hábitos de realizar no mínimo três refeições por dia, hábito de realizar as refeições assistindo televisão, consumo de alimentos saudáveis como feijão, frutas, verduras e legumes, e consumo de alimentos de risco como alimentos ultraprocessados, hambúrgueres e embutidos, de bebidas adoçadas, de macarrão instantâneo, salgadinho de pacote ou biscoito salgado e biscoito recheado, doces ou guloseimas.

Foram considerados ambos os sexos, todas as raças, formas de acompanhamento, povos e comunidades e níveis de escolaridade.

Os vários tipos de relatório foram gerados pelo sistema e exportados em arquivo Microsoft Excel e organizados em planilhas por ano de 2015 a 2023. Foi realizada a análise descritiva dos dados.

## **RESULTADOS**

Foram analisados dados do estado nutricional de 271.915 crianças de 5 a < que 10 anos. A análise considerou a média anual de dados disponibilizados pelo sistema.

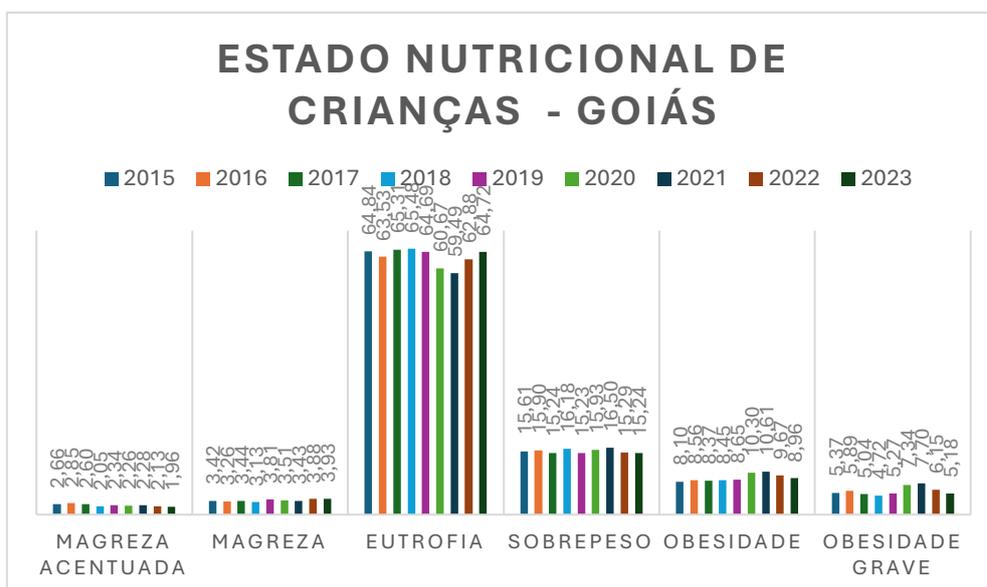


Gráfico 1. Prevalência de magreza acentuada, magreza, eutrofia, sobrepeso, obesidade e obesidade grave entre escolares (5 a <10 anos) em Goiás – Período 2015 a 2023.

<https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/>

Em Goiás a análise do estado nutricional mostrou que a eutrofia, que se manteve elevada, registrou uma redução média de 4,5% em 2020 e 2021, voltando aos parâmetros normais nos anos seguintes. O excesso de peso, por sua vez, aumentou durante esses mesmos anos, com destaque para a obesidade e obesidade grave. A magreza permaneceu com um percentual relativamente baixo em todos os anos analisados (5,73% em algum grau de magreza).

Os resultados sobre o estado nutricional de crianças no Brasil e em Goiás apresentaram semelhanças. No Brasil a magreza e magreza acentuada se mantiveram com a média baixa de (2,18%) e (3,21%), sem muita oscilação, diferente da eutrofia que diminuiu em 2020 e 2021, porém nos outros anos se manteve na média de (65,4%) e a redução foi de (3,8%) . O sobrepeso, a obesidade e obesidade grave também alterou nesses mesmos anos, porém o registro foi de aumento.

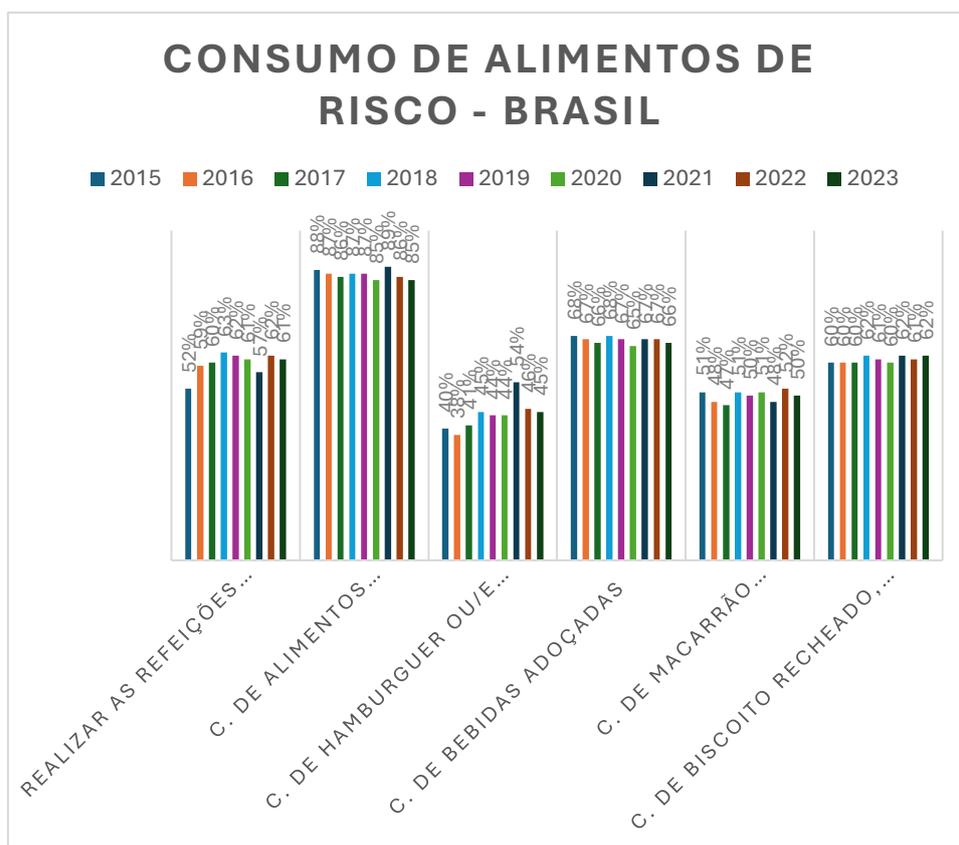


Gráfico 2. Prevalência de consumo de alimentos de risco segundo critérios do SISVAN Brasil – Período 2015 a 2023.

<https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/>

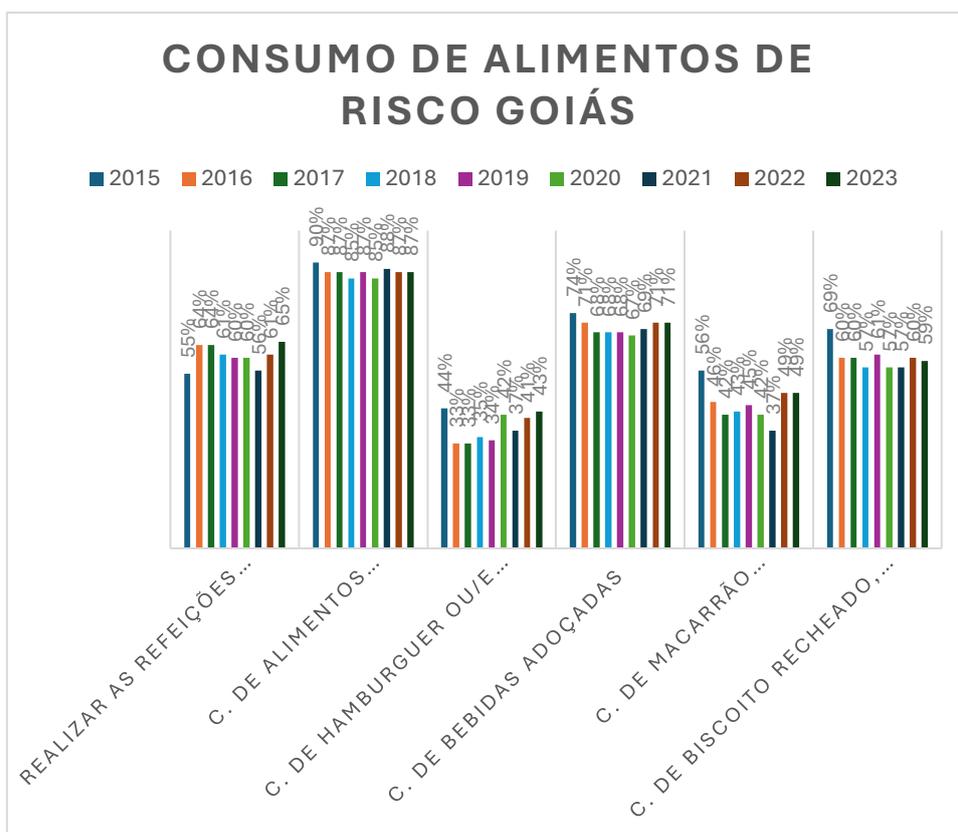


Gráfico 3. Prevalência de consumo de alimentos de risco segundo critérios do SISVAN Goiás – Período 2015 a 2023.

<https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/>

Inicialmente, é fundamental destacar a elevada proporção de alimentos de risco, principalmente ultraprocessados (média de 87%), consumidos por escolares. Durante os anos esse percentual chegou a 90%, uma taxa alarmante que se manteve estável, sem indicativos de queda ao longo dos anos.

Entre os alimentos ultraprocessados, as bebidas adoçadas assumem o segundo maior percentual no gráfico, ficando na média de 70%, logo em seguida vem o consumo de biscoitos recheados, doces, porém ele apresentou um indicativo de queda comparando 2015 aos anos seguintes.

Em Goiás, o consumo de macarrão instantâneo, salgadinhos de pacote e biscoitos salgados também registrou um percentual elevado de 56% em 2015. Após isso, houve uma queda, com percentuais variando de 46% a 37%. No entanto, em 2022 e 2023, o consumo voltou a crescer, atingindo 49%.

No Brasil, o consumo de hambúrgueres e embutidos teve um aumento expressivo em 2021, seguido por uma queda em 2022. Em Goiás, esse crescimento ocorreu inicialmente em 2015, com um percentual de 44%, mas foi seguido por uma redução entre 9% e 11% nos anos subsequentes. No entanto, em 2020, houve um novo aumento de 8%, com uma leve queda em 2021, e o consumo voltou ao patamar normal em 2022 e 2023 (41% e 43% respectivamente).

Outro ponto que merece atenção é o hábito de realizar refeições em frente às telas, que também é bastante prevalente (média de 60%). Em 2015, o percentual de crianças com esse comportamento ainda era inferior ao registrado nos anos seguintes, mas ultrapassava 50%. Curiosamente, houve uma redução desse hábito em 2021, período correspondente à pandemia de COVID-19, quando mudanças no cotidiano familiar e escolar pareceram ter influenciado esse padrão de comportamento.

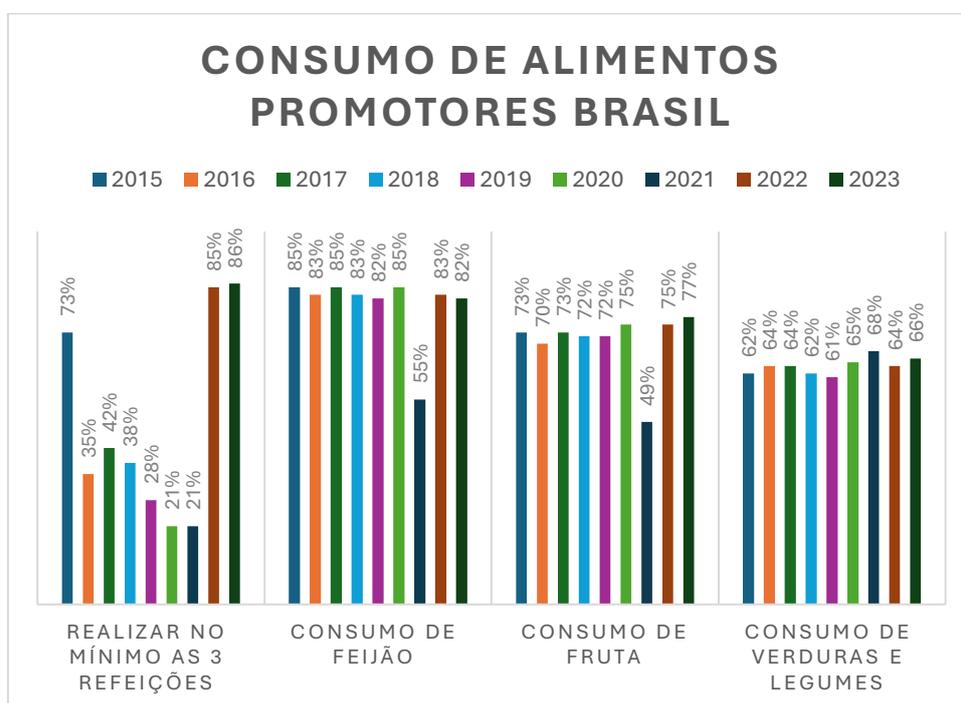


Gráfico 4. Prevalência de consumo de alimentos de promotores da saúde segundo critérios do SISVAN Brasil – Período 2015 a 2023.

<https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/>

No que se refere ao consumo de alimentos promotores de saúde entre crianças no Brasil, observou-se uma grande frequência de consumo de feijões nessa faixa etária (85%), mesmo com uma queda acentuada no consumo de feijão e frutas em 2021, em comparação com os anos anteriores, porém se manteve nos anos seguintes. Já o consumo

de verduras e legumes permaneceu estável de 2015 a 2023, apresentando um leve aumento de 3% em 2021.

O percentual de crianças que realizavam pelo menos três refeições por dia também oscilou ao longo dos anos, com uma redução em 2020 e 2021 chegando a 21%, seguida por um aumento expressivo 65% em 2022 e 2023.

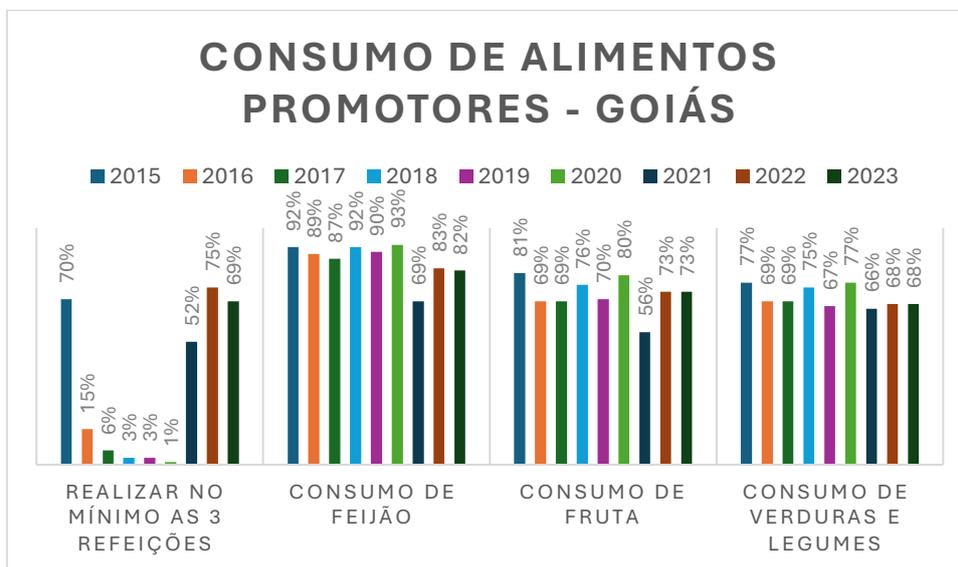


Gráfico 5. Prevalência de consumo de alimentos promotores da saúde, segundo critérios do SISVAN Goiás – Período 2015 a 2023.

<https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/>

Assim como no Brasil, em Goiás o consumo de feijão e frutas em 2021 registrou os menores índices no período de 2015 a 2023. Os resultados referentes ao consumo de verduras e legumes foram superiores, com uma média de mais de 70%, ultrapassando a média nacional de 64%.

Quanto ao hábito de realizar no mínimo três refeições por dia, os percentuais permaneceram muito baixos entre 15% e 3% de 2016 a 2020, com uma melhora de 52% em 2021, com tendência de aumento nos anos subsequentes.

## DISCUSSÃO

Ao avaliar os gráficos, observa-se uma proporção alta e estável de eutrofia ao longo dos anos, enquanto os índices de magreza permaneceram baixos. A baixa prevalência de magreza entre crianças e adolescentes, no Brasil, reflete uma transição

nutricional observada pela redução progressiva da desnutrição e pelo aumento do excesso de peso e obesidade nas últimas décadas <sup>8</sup>.

Outros estudos realizados no Brasil confirmam a predominância do sobrepeso e da obesidade em relação à magreza. Uma pesquisa conduzida em uma escola pública de Juiz de Fora identificou prevalências de sobrepeso e obesidade de 12,5% e 4,2%, respectivamente. Em contraste, a taxa de desnutrição foi consideravelmente menor, atingindo apenas 5,3% <sup>8</sup>.

Ademais, outro estudo realizado em Jundiaí, São Paulo, evidenciou uma prevalência de sobrepeso de 16% e obesidade de 8%, contra apenas 5% de magreza, destacando a crescente preocupação com o excesso de peso na infância <sup>9</sup>.

A magreza infantil, embora tenha diminuído em prevalência, ainda persiste como um problema relevante de Saúde Pública no Brasil. Esse quadro está diretamente associado à desnutrição, que impacta os níveis de desenvolvimento físico, cognitivo e imunológico das crianças. As causas são multifatoriais, incluindo condições socioeconômicas desfavoráveis, consumo inadequado de alimentos e falta de acesso a serviços essenciais de saúde. Tais fatores evidenciam a permanência desse desafio em populações vulneráveis, especialmente aqueles mais expostos à pobreza e desigualdade <sup>10</sup>.

Em contraste com a magreza, a obesidade e o sobrepeso apresentam uma proporção elevada nos gráficos em todos os anos registrados, evidenciando claramente um risco nutricional expressivo. Essa alta prevalência de excesso de peso entre escolares reflete um quadro preocupante de desequilíbrio alimentar, com possíveis consequências para doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e cardiovasculares em idades precoces <sup>4</sup>. Além disso, a obesidade infantil está associada ao sedentarismo e ao consumo de alimentos ultraprocessados, hábitos que se intensificaram durante a pandemia de COVID-19 <sup>11</sup>.

Um ano após o registro do primeiro caso de COVID-19 no Brasil, observa-se que a pandemia não apenas impactou a economia do país, mas também alterou significativamente o estilo de vida das famílias brasileiras, incluindo seus hábitos alimentares <sup>12</sup>. O principal destaque da revisão feita por Raphaelli *et al.* é o elevado consumo de alimentos ultraprocessados pela população brasileira, com um aumento considerável durante o período de isolamento social.

Segundo Lima *et al.* estudos apontam que, durante o período da pandemia, crianças e adolescentes em idade escolar apresentaram aumento do peso corporal, maior consumo de alimentos com alta densidade energética e uma redução significativa na prática de

atividades físicas. Essas mudanças refletem os impactos combinados do isolamento social, alteração na rotina e fatores emocionais como o estresse e o tédio <sup>13</sup>.

Além disso, estudos apontam que houve um aumento no consumo de alimentos ultraprocessados, ricos em açúcar e gordura, devido à praticidade e ao menor custo desses produtos, que se tornam alternativas viáveis para famílias com dificuldades econômicas ou com pouco acesso a alimentos frescos <sup>14</sup>. Observa-se isto nos gráficos sobre consumo de alimentos de risco.

Diferente dos dados de avaliação nutricional, o consumo de alimentos de risco apresentou grande divergência entre Brasil e Goiás, apesar dos alimentos ultraprocessados manterem percentual alto e constante nos dois gráficos, no Brasil houve uma proporção maior de aumento em 2021.

Já em Goiás a maioria dos alimentos de risco reduziu o consumo nessa mesma época, sendo eles hambúrguer e/ou embutidos, macarrão instantâneo, salgadinho de pacote, biscoito recheado, doces e bebidas adoçadas. Outro percentual que diminuiu neste ano em ambos os gráficos foi o de crianças que realizaram refeições enquanto assistiam à televisão. Curiosamente, embora essa prática tenha sido reduzida, a maioria dos estudos indica que durante o período de pandemia ocorreu um aumento significativo no uso de dispositivos eletrônicos <sup>14</sup>.

Um exemplo disso foi uma pesquisa conduzida no Canadá durante a pandemia de COVID-19, em relação à exposição às telas, a maioria das crianças aumentou o tempo assistindo televisão (58,8%), computação ou jogos (56,4%) e o uso de dispositivos baseados em tela (75,9%) <sup>15</sup>.

Os gráficos sobre alimentos promotores apresentaram grande semelhança, exceto em relação ao hábito de realizar no mínimo três refeições ao dia, em Goiás os percentuais foram muito baixos, principalmente de 2016 a 2020, registrando até 3% durante esse período. No Brasil essa depressão foi de 2016 a 2021, porém o seu menor percentual foi de 21%, entretanto os dois gráficos mostram tendência de aumento. A insegurança alimentar é um dos principais fatores que afetam o número de refeições diárias de crianças, especialmente em famílias de baixa renda <sup>16</sup>.

O consumo de feijão e frutas apresentou constância durante todos os anos em ambos os gráficos, exceto em 2021 onde a porcentagem diminuiu consideravelmente. Ao todo, os gráficos demonstraram um grande risco nutricional, onde a porcentagem de consumo de alimentos de risco está elevada e sem tendência para diminuição.

Deste modo, a promoção de uma alimentação saudável para crianças é crucial para o desenvolvimento físico, emocional e cognitivo. Nessa faixa etária, hábitos alimentares saudáveis são formados e tendem a perdurar ao longo da vida, influenciando a saúde futura e a prevenção de doenças crônicas <sup>17</sup>.

A promoção de uma alimentação saudável entre crianças no Brasil é respaldada por diversas políticas e diretrizes, como o Guia Alimentar para a População Brasileira, o Programa Saúde na Escola (PSE), a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Esses instrumentos têm um papel fundamental na abordagem da alimentação e nutrição <sup>18</sup>.

O Guia Alimentar para a população brasileira oferece orientações práticas para uma alimentação saudável, com ênfase na valorização dos alimentos *in natura* e minimamente processados. Ele incentiva o consumo de uma variedade de alimentos, promovendo uma dieta equilibrada e rica em nutrientes <sup>19</sup>. Estudos mostram que a adesão às recomendações do guia está associada aos melhores indicadores de saúde e nutrição em crianças <sup>20</sup>.

Tendo em foco crianças, a literatura ressalta que a escola é um ambiente crucial para influenciar positivamente os hábitos alimentares. Esse objetivo pode ser alcançado por meio de programas de educação alimentar que integram o currículo escolar e envolvem toda a comunidade educativa, assim como o PNAE e o PSE <sup>21</sup>.

O PNAE, implementado desde 1955 e constantemente atualizado, tem como um de seus objetivos principais a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e formação de hábitos alimentares saudáveis entre os estudantes, utilizando ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) <sup>22</sup>. Essas ações estão pautadas nas resoluções FNDE nº 02, de 10 de março de 2023, em que estão descritas as proporções de nutrientes por faixa etária e por período em que permanecem na escola. Além disso, estabelecem regras de aquisição de alimentos e priorizam o consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados em detrimento dos alimentos processados e ultraprocessados. Descrevem ainda as possibilidades de ação em educação alimentar e nutricional a serem realizadas em sala de aula.

Complementarmente, o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído pelo Decreto nº 6.286/2007 e atualizado pelo Decreto nº 1.055/2017, reforça a integração entre Saúde e Educação, por meio de atividades educativas que buscam mudar hábitos alimentares e aumentar o nível de atividade física, além do monitoramento da avaliação de saúde do educando <sup>21</sup>.

Os programas de intervenção associados ao PSE mostraram resultados positivos em relação à melhoria do conhecimento nutricional e da prática de hábitos saudáveis entre os alunos <sup>21</sup>.

O nutricionista desempenha um papel crucial nas políticas públicas de alimentação e nutrição e está envolvido em diferentes frentes, como gestão, assistência, promoção da saúde e segurança alimentar. Os nutricionistas são fundamentais na integração de ações que promovem alimentação saudável e sustentável, além de prevenir doenças relacionadas à má nutrição <sup>23</sup>.

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) estabelece diretrizes que incluem a promoção de uma alimentação adequada e saudável, a vigilância alimentar e nutricional e o controle de qualidade dos alimentos, destacando a relevância do nutricionista como articulador dessas ações no Sistema Único de Saúde (SUS). Essa atuação é essencial para abordar questões como obesidade, desnutrição e carências nutricionais, além de contribuir para a construção de políticas intersetoriais que fortalecem a segurança alimentar e nutricional no país <sup>23</sup>.

## **Conclusão**

Este estudo investigou a evolução do perfil nutricional e dos marcadores de consumo alimentar de escolares residentes no estado de Goiás, entre 2015 e 2023. Ao analisar os dados, é possível observar uma constante prevalência de excesso de peso e obesidade. Além disso, a análise revelou que, no período de 2020-2021, houve uma redução nos índices de eutrofia e aumento no excesso de peso, que provavelmente reflete o impacto da pandemia de COVID-19, período em que os hábitos alimentares e as rotinas das crianças foram substancialmente alterados.

Especialmente em relação ao consumo de alimentos de risco, como os ultraprocessados, os resultados mostram que, em Goiás, o consumo de ultraprocessados se manteve alarmante, chegando a 90% em alguns casos. O consumo de alimentos saudáveis, como feijão e frutas, também sofreu uma queda, mas permaneceu relativamente constante ao longo dos anos, exceto em 2021.

Futuros estudos para avaliar estado nutricional e padrão de consumo alimentar de adolescentes são essenciais, considerando que essa faixa etária apresenta os maiores índices de consumo de alimentos de risco.

Esses achados reforçam a necessidade urgente de implementação das políticas públicas que promovam uma alimentação saudável e combatam a prevalência de

obesidade infantil, especialmente por meio de programas educacionais nas escolas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa Saúde na Escola. É indispensável recordar a importância de atualizar essas políticas para a realidade atual, onde os índices de excesso de peso predominam.

## REFERÊNCIAS

1. Wanderley EM, Ferreira VA, Obesidade: uma perspectiva plural, *Ciência & Saúde Coletiva* [Internet]. Jan 2010; 15(1):185-194. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000100024>.
2. Quadra MR, Schafer AA, Cascaes FBS, Meller FO, Associação entre o consumo de Alimentos ultraprocessados e a composição corporal de adolescentes, nome da revista. 2022; 46 (3): 70-84.
3. Louzada MLC, Costa CS, Souza TN, Cruz GL, Levy RB, Monteiro CA, Impacto do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde de crianças, adolescentes e adultos: revisão de escopo, *Cad. Saúde Pública* 2021; 37 Sup 1:e00323020, 2020.
4. Rangel LFC, Teixeira FC, Pereira FEF, Jorge FS, Morales AP, Ribeiro BG, Status De Peso De Escolares: Prevalência E Combinação De Excesso De Peso E Obesidade Abdominal, *Saúde e Pesqui.* 2020 out./dez.; 13(4): 769-778 - e-ISSN 2176-9206, 2020.
5. Knob C, Bilibio SA, Santos PA dos. Intervenções de educação alimentar e nutricional e impacto no consumo de alimentos ultraprocessados em escolares. *NUTRIVISA* [Internet]. 13º de abril de 2023;9(1):e10525. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/nutrivisa/article/view/10525>.
6. Ministério da Saúde (Brasil). Glossário Saúde Brasil: Vigilância Alimentar e Nutricional [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2022 [citado 2024 jun 29]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/vigilancia-alimentar-e-nutricional>.
7. Painel Brasileiro da Obesidade. Acompanhamento nutricional e obesidade infantojuvenil: a importância do SISVAN para políticas locais [Internet]. 2024 [citado 2024 nov].

8. Rodrigues PA, Marques MH, Chaves MG, Souza CF, Carvalho MF, Prevalência e fatores associados a sobrepeso e obesidade em escolares da rede pública, *Ciência & Saúde Coletiva*. 2011; 16(Supl. 1):1581-1588.
9. Vanzelli AS, Castro CT, Pinto MS, Passos SD, Prevalência de sobrepeso e obesidade em escolares da rede pública do município de Jundiaí, São Paulo, *Rev Paul Pediatr* 2008;26(1):48-53.
10. Costa IGM, Silva MR et al., Desnutrição Infantil no Brasil em 2024: Análise Atual da Morbidade Hospitalar e Seus Impactos, *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*. 2024; 6(7):2031-2041, 2024.
11. Silva Vilela GMJG. Caracterização dos hábitos alimentares, antes e durante o período de confinamento, e do estado nutricional atual, em crianças dos Agrupamentos de Escolas de Vila Verde [dissertação na Internet]. Porto: Universidade do Porto; 2021. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/135967/2/492504.pdf>.
12. Raphaelli CO, Figueiredo MF, Pereira ES, Granada GG, A pandemia de COVID-19 no Brasil favoreceu o consumo de alimentos ultraprocessados? *Brazilian Applied Science Review* ISSN: 2595-3621, 2021.
13. Lima CT, Abreu DFVS, Bezerra KCB, Landim LASR, Santos LCL, Hábitos alimentares de crianças e adolescentes e repercussões no decurso da pandemia do Covid-19, *Research, Society and Development*. 2022;11(9), e7011931549 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409, 2022.
14. Dias VM, Silva KRM, Avaliação Do Consumo Alimentar E Indicadores De Comportamento Com Ansiedade, Em Escolares, Em Tempos De Pandemia Pelo Covid-19, *Revista CPAQV – Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida*. 2023; 15 (1): 9.
15. McCormack GR, Doyle-Baker PK, Petersen JA, Ghoneim D, Parent anxiety and perceptions of their child’s physical activity and sedentary behaviour during the COVID-19 pandemic in Canada, *Preventive Medicine Reports* 20 (2020) 101275, 2020.
16. Morais DC, Miguel ES, Pinto CA, Priore SE, Soberania E Segurança Alimentar Em Tempos De Pandemia Da Covid-19, *Segurança Alimentar E Nutricional E Alterações No Consumo De Alimentos Durante A Pandemia Do Coronavírus*, Cap. 5, pg. 94, 2021.

17. Cutchma G, Nascimento NC et al., Estado Nutricional E Consumo Alimentar De Escolares Do Município De Colombo-Pr, *Visão Acadêmica*, Curitiba. 2012; 13 (2)- ISSN 1518-5192, 2012.
18. Reis CEG, Vasconcelos IAL, Barros JFN, Políticas públicas de nutrição para o controle da obesidade infantil, *Rev Paul Pediatr* 2011;29(4):625-33.
19. Ministério da Saúde (Brasil) Guia alimentar para a população Brasileira; 2014
20. Oliveira MSSO, Santos LAS, Guias alimentares para a população brasileira: uma análise a partir das dimensões culturais e sociais da alimentação, *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(7):2519-2528, 2020.
21. Ramos FP, Santos LAS, Reis ABC, Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura, *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 29(11):2147-2161, nov, 2013.
22. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Caderno de Legislação 2023 [Internet]. Brasília: FNDE; 2023 [citado 2024 nov 23]. Disponível em: [https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/copy\\_of\\_Cadernodelegislao\\_PNAE\\_2023.pdf](https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/copy_of_Cadernodelegislao_PNAE_2023.pdf).
23. Rigon SA, Schmidt ST, Bógus CM, Desafios da nutrição no Sistema Único de Saúde para construção da interface entre a saúde e a segurança alimentar e nutricional, *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 32(3):e00164514, mar, 2016.